

nos autos e promoveu o seu arquivamento, estando, portanto, impedida.

O Égregio Conselho Superior, à unanimidade, indicou a Dra. Ângela Maria Balieiro Queiroz para atuar no feito.

A Exma. Conselheira Secretária, Dra. **Rosa Maria Rodrigues Carvalho**, informou que o Edital 041/2017 de Promoção ao cargo de Procurador de Justiça Criminal se encontra na Secretaria do Conselho Superior e, considerando que o Promotor de Justiça interessado no certame a procurou indagando da possibilidade de julgamento na próxima sessão do dia 28.09.2017, levou ao conhecimento do Egrégio Conselho Superior para que decidissem a respeito do assunto.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, decidiu que o Edital 041/2017, poderá ser pautado na próxima sessão considerando não haver prejuízo, por se tratar de ascensão ao cargo de Procurador de Justiça.

O Exmo. Corregedor-Geral, Dr. **Jorge de Mendonça Rocha** informou que foi a Brasília como representante do Ministério Público do Estado do Pará na Reunião da Câmara Federal para instalação da Comissão do Teto Remuneratório, PL 6726, na ocasião foi eleito para presidente da Comissão o Deputado Benito Gama e como Relator o Deputado Rubens Buenos, disse que até final de novembro sairá o relatório que será encaminhado para Câmara Federal e se aprovado segue para o Senado Federal. Disse que tem receio por ter vindo do Senado Federal, um órgão mais tolerante e conservador, um projeto com uma forma tão violenta com o Ministério Público, e que não só o Pará, mas os Ministérios Públicos de todo o Brasil estão apreensivos com o que será decidido no Relatório e que devem estar preparados para o que possa vir.

A Exma. Conselheira, Dra. **Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo**, informou, por achar um fato digno de registro pelo Egrégio Conselho Superior, o resultado de uma pesquisa nacional de mensuração de satisfação da sociedade com a atuação do Ministério Público e do CNMP, além de outras instituições brasileiras, uma vez que a avaliação obtida pelo Ministério Público foi positiva, tendo subido no ranking de satisfação da população brasileira, entre os anos de 2014 e 2017. Belém-PA, 15 de setembro de 2017.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do Ministério Público

Protocolo: 228189

ATO Nº 283/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do expediente protocolizado sob o nº 35055/2017, em 31/08/2017, R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 60, inciso II, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/01/1994, LEOVEGILDO MORAES FRANÇA do cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico Especializado, MP.CPCP-102-4, nomeado por meio do Ato nº 185/2017, datado de 08/06/2017, publicado no D.O.E. de 14/06/2017, a contar de 01/09/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 13 de setembro de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

ATO Nº 284/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do expediente protocolizado sob o nº 35055/2017, em 31/08/2017, R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual nº 5.810, de 24/01/1994, LEOVEGILDO MORAES FRANÇA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Procurador de Justiça, MP.CPCP-102.5, a contar de 01/09/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 13 de setembro de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 228192

PORTARIA N.º 4.955/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso VIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Pará), c/c o art. 19, inciso II, da Lei Estadual nº 5.810, de 24.01.1994;

CONSIDERANDO a Resolução nº 006/2014-CPJ, de 16 de julho de 2016 que dispõe sobre a reestruturação das Regiões e Polos

Administrativos do Ministério Público do Estado do Pará, R E S O L V E:

DELEGAR a Promotora de Justiça Substituta JULIANA NUNES FELIX atribuições específicas para, no dia 01/08/2017, dar investidura no cargo de Assessor de Promotoria de Justiça de Primeira Entrância, MP.CPCP-102.3, à Sra. DEISE GLAUCY SOUZA REBELO, nomeada conforme Ato nº 229/2017, datado em 21/07/2017, publicado no D.O.E. de 26/07/2017, para exercer suas funções na região Sudoeste I.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 01 de agosto de 2017.

CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA N.º 4.957/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso VIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Pará), c/c o art. 19, inciso II, da Lei Estadual nº 5.810, de 24.01.1994;

CONSIDERANDO a Resolução nº 006/2014-CPJ, de 16 de julho de 2016 que dispõe sobre a reestruturação das Regiões e Polos Administrativos do Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E:

DELEGAR ao Promotor de Justiça Substituto THIAGO TAKADA PEREIRA atribuições específicas para, no dia 01/08/2017, dar investidura no cargo de Assessor de Promotoria de Justiça de Primeira Entrância, MP.CPCP-102.3, ao Sr. PAULO ANDRÉ ROCHA MENDES, nomeado conforme Ato nº 228/2017, datado em 21/07/2017, publicado no D.O.E. de 26/07/2017, para exercer suas funções na região Marajó II.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 01 de agosto de 2017.

CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA N.º 4.958/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso VIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Pará), c/c o art. 19, inciso II, da Lei Estadual nº 5.810, de 24.01.1994;

CONSIDERANDO a Resolução nº 006/2014-CPJ, de 16 de julho de 2016 que dispõe sobre a reestruturação das Regiões e Polos Administrativos do Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E:

DELEGAR ao Promotor de Justiça 2ª Entrância DIEGO LIBARDI RODRIGUES atribuições específicas para, no dia 01/08/2017, dar investidura no cargo de Assessor de Promotoria de Justiça de Segunda Entrância, MP.CPCP-102.3, ao Sr. ADNALDO CABRAL CUNHA, nomeado conforme Ato nº 231/2017, datado em 21/06/2017, publicado no D.O.E. de 26/07/2017, para exercer suas funções na região Sudeste II.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 01 de agosto de 2017.

CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA N.º 5.316/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso VIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Pará), c/c o art. 19, inciso II, da Lei Estadual nº 5.810, de 24/01/1994;

CONSIDERANDO a Resolução nº 006/2014-CPJ, de 16 de julho de 2016 que dispõe sobre a reestruturação das Regiões e Polos Administrativos do Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E:

DELEGAR ao Promotor de Justiça de 1ª Entrância MAURO GUILHERME MESSIAS DOS SANTOS atribuições específicas para, no dia 17/08/2017, dar investidura no cargo de Assessor de Promotoria de Justiça de Primeira Entrância, MP.CPCP-102.3, ao Sr. PEDRO ARTHUR JORGE DE LIMA, nomeado conforme Ato nº 247/2017, datado em 11/08/2017, publicado no D.O.E. de 17/08/2017, para exercer suas funções na Região Tocantins.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 17 de agosto de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 227912

PORTARIA 5233/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do Ofício nº 082/2017/MP/CPADS, datado de 01/08/2017,

R E S O L V E:

PRORROGAR o prazo de conclusão dos trabalhos da Sindicância Administrativa Investigatória, instaurada por meio da PORTARIA Nº 4695/2017-MP/PGJ, de 18/07/2017, por 30 (trinta) dias, nos termos do Parágrafo Único do art. 201, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de agosto de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA 5234/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 43433/2016, em 1º/9/2016;

CONSIDERANDO os termos do Parecer nº 079/2016-ASS/SGJ-TA, de 30/9/2015, acolhido *in totum*;

CONSIDERANDO os termos da PORTARIA Nº 6.789/2016-MP/PGJ, de 25/10/2016, publicada no Diário Oficial do Estado de 7/11/2016, que constitui a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, para apurar infrações funcionais de servidores públicos do Ministério Público.

CONSIDERANDO que é dever da Administração a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito no art. 199 da Lei Estadual nº 5.810, de 24/1/1994,

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 18042/2017, em 05/05/2017,

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o nº 31054/2017, em 03/08/2017,

R E S O L V E:

I – DESIGNAR os servidores estáveis WAGNER ARAGÃO SALES (Presidente), JACIREMA JENNY NUNES GOMES e MAURO CÉSAR CARVALHO DE CARVALHO, para constituírem Comissão de Sindicância Investigatória com vistas a dar continuidade, no prazo 30 (trinta) dias, aos trabalhos de apuração dos fatos de que trata o expediente protocolizado sob nº 43433/2016, iniciados pela Comissão designada pela PORTARIA Nº 1.311/2017-MP/PGJ, de 08/03/2017, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará de 24/03/2017 e prorrogados pela PORTARIA Nº 2.047/2017- MP/PGJ, de 11/04/2017, redesignada pela PORTARIA Nº 3.251/2017-MP/PGJ, de 29/05/2017 e prorrogados pela PORTARIA Nº 4.781/2017-MP/PGJ, de 20/07/2017,

II – Esta portaria entra em vigor a partir do primeiro útil depois de findo o prazo determinado pela PORTARIA Nº 4.781/2017-MP/PGJ.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 11 de agosto de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA 5235/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade dos trabalhos do Grupo de Trabalho Resíduos Sólidos, criado pela PORTARIA Nº 7.836/2015-MP/PGJ, de 15/12/2015, publicada no D.O.E nº 33035, de 21/12/2015;

CONSIDERANDO, ainda, os termos do Ofício nº 140/2017-MP/CAOMA, de 04/08/2017, protocolizado sob nº 31415/2017,

R E S O L V E:

CONVOCAR os Promotores de Justiça abaixo relacionados para comparecem às reuniões ordinárias do 2º semestre, nos dias 10/08, 11/09, 10/10, 13/11 e 11/12/2017, das 14h às 17h, na Sala de Reuniões dos CAOs, no Prédio Sede do Ministério Público..

NILTON GURJAO DAS CHAGAS;

RAIMUNDO DE JESUS COELHO DE MORAES

BEZALIEL CASTRO ALVARENGA

EVANDRO DE AGUIAR RIBEIRO

MARCELA CHRISTINE FERREIRA DE MELO CASTELO BRANCO.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de agosto de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA 5236/2017-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 324/2016-MP/Ouidoria, de 13/07/2016, protocolizado sob o nº 36150/2016, em 13/07/2016;

CONSIDERANDO os termos do Parecer nº 096/2016-ASS/SGJ-